

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo***Dividindo a Dívida** *Ed*

Os problemas causados com a nova crise do petróleo, deflagrada pela loucura expansionista de Saddam Hussein, demonstram que nem todas as dificuldades da economia brasileira são da exclusiva responsabilidade do país. O fato vem apenas reforçar a decisão governamental de imprimir nova orientação à dívida externa, renegociando-a banco a banco.

Não fazia mais sentido o Brasil continuar atrelado a uma negociação em bloco através do Comitê dos Bancos Credores, intermediário dos interesses brasileiros com os 700 bancos privados. Os 16 bancos integrantes do Comitê representavam mais seus próprios interesses do que obviamente os do Brasil. Havia toda uma lógica quando foram criados os diversos comitês de dívida, em 1983.

A crise da dívida seria passageira, e os devedores não poderiam arranhar suas relações com o sistema bancário internacional, sob pena de não obter créditos no futuro. Outro pressuposto era de que os bancos líderes das grandes operações de captação de dívidas nos mercados internacionais não poderiam naufragar na crise, sob pena de os petrodólares trocarem de mãos e causarem uma convulsão nos mercados e no balanço de pagamentos dos países credores. Tudo lógica dos credores.

Oito anos depois, está claro que a crise veio para ficar. Não existe mais o mercado de empréstimos voluntários para a reciclagem dos petrodólares. Primeiro, os bancos, há muito, apenas concediam novos empréstimos para cobrir o pagamento dos juros e o principal de operações anteriores, de modo a evitar prejuízos. A moratória do México, em agosto de 1982, pôs tudo a nu. Nunca mais voltaram os empréstimos voluntários a países com problemas de balanço de pagamentos.

De outra parte, acabaram há muito os petrodólares que fizeram a fortuna dos bancos americanos (Citicorp à frente) que os reciclavam, fazendo a ponte financeira entre os supridores de recursos e os tomadores de créditos do Terceiro Mundo. À exceção do invadido Kuwait e da Arábia Saudita, os grandes produtores de petróleo estão mergulhados em séria crise econômica. Mais do que o México, a Venezuela e a Indonésia, o maior exemplo é dado pelo Iraque de Saddam Hussein. O país deve cerca de 80 bilhões de dólares. A menos que use o petróleo do Kuwait, que praticamente duplicou suas reservas, ou os 100 bilhões de dólares dos investimentos kuwaitianos na

Europa, nos Estados Unidos e no Japão, o Iraque não conseguirá saldar a sua dívida.

Os países devedores passaram a exportadores de capital. Os cofres árabes e da OPEP perderam a riqueza de outrora. Os países industrializados do Primeiro Mundo (à exceção dos Estados Unidos) voltaram a exibir formidáveis superávits no balanço de pagamentos, com o Japão e a Alemanha à frente, levando os bancos japoneses a desbancarem os americanos na liderança do *ranking* bancário.

Os recursos disponíveis estão na Europa, no Canadá, no Japão e ainda nos Estados Unidos, mas voltaram a circular sob a forma de capital de risco, em lugar dos capitais de empréstimos. Tudo isso recomenda a renegociação da dívida externa nos anos 90 sob outros pressupostos. Na prática, a dívida não é una. O único traço de união entre os bancos credores se dava quando participavam de um mesmo sindicato para fornecer 300 milhões a 400 milhões de dólares ao Brasil. As negociações do Brasil com o credor FMI têm um rito, assim como as conversas com o Banco Mundial e o BID. Aos créditos no âmbito do Clube de Paris cabe a negociação bilateral do Brasil com o governo credor.

Deveria a negociação com os bancos continuar em bloco, se nem a própria dívida bancária é uniforme? Dos 78,6 bilhões de dólares devidos aos bancos privados, 15,4 bilhões de dólares referem-se a créditos de curto prazo e 6,6 bilhões de dólares a empréstimos das agências dos bancos brasileiros no exterior, com destaque para o Banco do Brasil.

São 72 bilhões de dólares, portanto, que estão em discussão. Desse total, boa parte conta com aval direto do Tesouro Nacional. Também a maior parte envolve créditos às empresas estatais controladas pelo Tesouro. Muitas dessas empresas vão ser objeto de privatização. Como os 100 maiores bancos credores estão presentes no mercado brasileiro, faz bem o Brasil em iniciar as negociações caso a caso com os 30 maiores credores. Muitos podem ter interesse em trocar, com deságio, seus créditos a estatais por uma participação minoritária no seu capital.

Por que devem continuar sendo tratados da mesma maneira os créditos de bancos alemães ao mal-sucedido Programa Nuclear, ou de bancos ingleses à inacabada Ferrovia do Aço, e os créditos de bancos japoneses ou de outros bancos a empreendimentos estatais bem sucedidos como a Usiminas, a Companhia Siderúrgica de Tubarão ou aos eficientes projetos da Vale do Rio Doce, como Carajás?